

# Cultura digital como espaço de possibilidade para a formação do sujeito

---

*Andrea Brandão Lapa*  
*Andreson Lopes de Lacerda*  
*Isabel Colucci Coelho*

## Introdução

A *web* como um lugar de interação entre seus usuários expandiu a possibilidade de aparecimento dos indivíduos no espaço público e permitiu o incremento da pluralidade. Apesar da importante discussão sobre o acesso aos meios técnicos (dos equipamentos às redes de conexão) e da inclusão de todos nas relações de poder que definem o acesso à difusão (quem prioriza o que aparece/quem define o que se lê), julgamos importante também a discussão sobre a formação de sujeitos incluídos na cultura digital como estratégia imprescindível para que esses espaços, plurais por natureza, se configurem em ambientes democráticos de aproximação e encontro com o outro.

A formação de sujeitos capazes de se apropriarem criativamente dos meios tecnológicos significa compreender o seu papel enquanto produtores, e não somente de receptores. Essa é a base fundamental para estarem presentes na cultura digital como sujeitos ativos, em ação emancipadora e transformadora na sociedade. Por esse motivo, nos voltamos para a educação, pois o desafio parece estar em compreender o lugar desses sujeitos imersos em um novo contexto, este do tempo e do espaço da mediação tecnológica, no qual as relações sociais acontecem de maneira distinta e o cultivo do homem, portanto, a cultura, se transforma.

Diante desse cenário, se torna insuficiente a formulação mais tradicional da educação que se confina na visão de escolarização e ela, por sua vez, na aquisição de conhecimentos e habilidades. Como apontado por Martín-Barbero (2014), o novo estatuto da mutação sociotécnica que hoje desafia o sistema educativo é o surgimento de “outra sociabilidade” e “outra sensibilidade” que as tecnologias

ajudam a engendrar na sociedade contemporânea. Mais do que compreender como a *web* entra na escola, seria relevante, portanto, estudar como a educação poderia estar na *web*.

As reflexões a seguir ancoram-se no reconhecimento das possibilidades existentes fora do ambiente formal de ensino e na compreensão da ação política dada pelos sujeitos nos espaços interativos da *web*, com vistas a identificar elementos que tornam a cultura digital um espaço potencial para a formação crítica do sujeito.

Parte-se do entendimento de que esses elementos devem estar presentes em qualquer ação educadora (formal, não formal ou informal) que vise à participação ampla dos sujeitos na cultura que é também digital. Assim compreendido, é possível pensarmos em uma educação que integre efetivamente a cultura digital como espaço de formação do sujeito, pois se trata de uma educação como contexto distinto, que é produto e produtor de novas condições de formação.

## Uma cultura que é também digital

A inserção da tecnologia na vida cotidiana leva em conta a integração dos âmbitos *on-line* e *off-line* onde a rede é entendida como um elemento da cultura passível de apropriações. De modo que os esforços para a compreensão das tensões que se formam, a partir das substanciais alterações no modelo de comunicação em sociedade, devem considerar o contexto social em que estas são engendradas.

É fato que encontramos-nos em um momento de busca por um novo paradigma social. Entre os dilemas que configuram um período de início de esgotamento do projeto da Modernidade e o esboço de um novo paradigma social, Santos (2010) elenca: o distanciamento de valores tais como autonomia e subjetividade do cotidiano das pessoas; a falta de empoderamento do cidadão em função da regulamentação da vida social; a criação de uma ética individualista que nos impede de pensar ou apontar responsabilidades por acontecimentos globais; a inexistência de uma macroética que conceba a responsabilidade da humanidade pelas ações coletivas de escala planetária. Nesse entendimento, há um sistema que se expande globalmente e aproveita condições que lhe são favoráveis e é por essa razão que não podemos

minimizar o quanto esse sistema que individualiza, ao mesmo tempo em que massifica, tem brechas por onde penetram movimentos de baixo para cima exibindo seu possível esgotamento.

Se por um lado o cenário aponta para o esvaziamento do homem nesse novo contexto, por outro lado observamos a articulação na *web* de movimentos de contestação às ordens social, política e econômica estabelecidas dentre os quais: Primavera Árabe (Oriente Médio e norte do continente africano), *Occupy Wal Street* (Estados Unidos), Indignados 15M (Espanha), *Umbrella Revolution* (China). No Brasil, as “Jornadas de Junho” e mais recentemente o movimento de ocupações de escolas públicas que também começaram a ser articulados por meio das redes sociais virtuais. Além das manifestações e protestos de rua, o movimento de resistência que se consolida na Internet acontece também por meio de uma cultura de colaboração e compartilhamento que emerge baseada na rede e se concretiza em comunidades de desenvolvimento de *software* livre, de produção e troca de produtos culturais (com ou sem *copyright*), de aprendizagem, entre outras.

O fator determinante nesse campo de disputa será, então, a capacidade de apropriação crítica das pessoas do espaço público aberto pelas novas possibilidades de comunicação criadas no contexto da cultura digital. Em outras palavras, a formação de sujeitos aptos a interagirem com o fluxo narrativo e as conexões possibilitadas pela *web*, de forma a participar ativamente da construção da sociedade. Ou seja, conscientes das condições restritivas impostas pela tecnologia, no entanto, com a possibilidade de ir além delas.

A comunicação em seu estágio atual permite ao sujeito, através das linguagens da *web*, dar forma à conflituosa experiência do conviver, quando se constitui em “horizonte de reciprocidade de cada homem com os outros no mundo” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 29). Há um movimento na direção de um modelo mais participativo de cultura, onde o sujeito não é mais visto como mero consumidor de mensagem, mas como aquele que a molda e reconfigura enquanto consome.

Atuar no conjunto da vida social de forma independente e participativa implica a necessidade do reconhecimento de si mesmo como sujeito, na liberdade e na autonomia, que são, portanto, os princípios constitutivos que se manifestam na cidadania (RODRI-

GUES, 2001). A prática da cidadania compreende duas ações interdependentes: a primeira, que se refere à participação lúcida dos indivíduos em todos os aspectos da organização e da construção da vida pública e privada; e a segunda, se refere à capacidade que esses indivíduos adquirem para operar escolhas.

Estamos, portanto, em meio a um novo *ethos* que ganha corpo na cultura digital. Nas palavras de Muniz Sodré (2009, p. 45), *ethos* é definido como sendo um “espaço disposto para a realização ou para a ação humana, forma organizativa das situações cotidianas”. É o lugar da habitação, que é tanto morada quanto condições, normas. Considerado como uma “segunda natureza” onde os homens executam repetidamente seus “atos” e por isso com eles se acostumam, ao se abrigar num espaço determinado. Um novo espaço com formas ordenadoras de costumes, hábitos, regras e valores e que constitui o senso comum de um grupo social. *Ethos*, portanto, designaria a maneira de agir de um grupo, suas ações rotineiras, inventivas, pautadas em um dever, mas permanentemente em relação estreita com a sua singularidade própria, ou seja, a cultura.

## O sujeito em seu dever

A ênfase no homem e na sua capacidade, ou não, para a ação política no mundo contemporâneo constrói uma alternativa para situações de dominação. Com o foco no papel importante das tecnologias na política e na vida cotidiana, reconhecemos tanto a necessidade de consciência da não neutralidade dos meios técnicos, como a importância da comunicação no desenvolvimento de novas formas de associação e solidariedade para o surgimento de uma sociedade mais livre na cultura digital (HORKHEIMER, 1972; KELLNER, 1989; FEENBERG, 2002; RÜDIGER, 2011).

A busca de um sujeito fortalecido, apto e desejoso da ação para a transformação, parece encontrar maiores desafios no mundo contemporâneo mediado por tecnologias. Um risco pode estar na separação de duas dimensões de constituição do sujeito: a individual e a social, o que talvez seja fruto da individuação neoliberal que privilegia interesses individuais e promove o afastamento do modelo comunitarista (TOURAINÉ, 1996). Ou mesmo

a história de regimes totalitários diversos, quando o indivíduo foi levado a acreditar que a liberdade estava exatamente no seu afastamento da esfera política, que promoveu tanto a perda da capacidade de ação política como da necessidade de compreender (ARENDDT, 1993).

Porém, como Arendt, defendemos que agir é tomar uma decisão, falar, ouvir, procurar um acordo, um assentimento. Dessa forma, a ação está ligada à condição humana de pluralidade, ao fato da vida humana ser essencialmente vida em comum. E a compreensão torna-se o outro lado da ação, a saber, aquela forma de cognição, diferente de muitas outras, que permite aos homens de ação, no final das contas, aprender a lidar com o que inevitavelmente existe (Idem, 1993).

Seja por um motivo ou outro, os indivíduos foram reduzidos ao papel de consumidores e não mais cidadãos e são impulsionados também pelo desejo de inclusão nessa *Sociedade Burocrática do Consumo Dirigido* de tal modo que entram, voluntariamente, no processo que os aliena, a chamada de meta-alienação (LEFEBVRE 1991). Dessa maneira, a dominação se dá através do controle do sujeito autônomo e de qualquer condição de seu nascimento, porque ele apenas emerge nas circunstâncias (sistematizadas e regradas) como receptor e consumidor. Entendido assim, sua condição de sujeito parece ecoar o que Jameson (1984) descreveu como *alienação deslocada pela fragmentação do sujeito* (HARVEY, 1993). Contudo, defendemos uma perspectiva mais otimista que acredita que o mundo traz determinações, mas não está completamente determinado. Essa possibilidade de desvio existe pela permanência de alguns irredutíveis, como as instâncias do subjetivo e do inconsciente, o desejo e o imaginário.

Touraine (1994, 1997) destaca que a constituição do sujeito em ator social é um princípio democrático, que significa ter vontade de atuar no mundo mais do que permitir ser determinado por ele, onde sua liberdade será construída na alteridade, na sua relação com o outro, que deve unir seus dois universos: o universal e o particular (GADEA; SCHERER-WARREN, 2005). Todavia, mais do que atuar no mundo, a questão está na potencialidade de sua autoria na produção do mundo que almeja.

De modo que entendemos que o sujeito é aquele indivíduo ca-

paz de subjetivar sua vivência, instituir sentidos, elaborar conceitos, ideias, juízos e teorias. O indivíduo (o singular) só vai encontrar fundamento para a sua força de criação e luta por libertação na sua formação em sujeito, que é capaz de agir conscientemente utilizando a razão como força crítica e que, ao dominar sua obra, adquire valores que o penetram.

A palavra indivíduo tende a remeter a sujeito (SPINK, p. 17-18), porque ora é considerado sinônimo de assujeitamento, de ser passivo diante de processos sociais impositivos, e “ora é sinônimo de possibilidade de subjetivação, de ter consciência de si”. Conforme admite o sociólogo Claude Dubar (2004) um dos paradigmas, difícil e delicado de se nomear, é aquele em que os indivíduos são designados sujeitos. Na busca por compreender essa questão, esse sociólogo aponta algumas características por vezes utilizadas como análogas ao sujeito, quais sejam: o agente, o autor, o ator. O “Agente”, são aqueles indivíduos considerados na prática e imersos na ação e que agem por condicionamentos. O “Autor”, é aquele que existe em um processo biográfico, em um “eu” específico usado para contar a si mesmo e se definir narrativamente, ou seja, é um produtor-enunciador de um discurso que através das coerções do relato, induz e permite uma articulação entre determinações sociais e construção pessoal. O “Ator” é alguém que participa de maneira ativa, no entanto, é também aquele que assume um papel, duas facetas que estão presentes na concepção sociológica do termo. “O ator é social na medida em que interioriza as normas da sociedade” (WAUTIER, 2001, p. 38).

[...] o Sujeito é resistência ao desmembramento próprio: num “duplo desprendimento”, seja em relação ao modelo social dominante, seja em relação à comunidade quando instrumentalizada em vista do controle e da dominação. O Sujeito é liberdade, é recusa. Esta resistência não significa engajarse em grandes lutas à serviço de um ideal, mas na luta para reivindicar “seu direito à existência individual”. (WAUTIER, 2001, p. 41).

Nessa mesma direção encontra-se referência a um “sujeito-arquiator” (MENDES JUNIOR, 2010, p. 130) que não pretende ser apenas o contraponto ao discurso hegemônico, mas construir sua

própria narrativa compreendendo que seus pequenos gestos produzem rugosidades no cotidiano das pessoas. Um sujeito expresso naquele que, mesmo capturado pelo espetáculo, subverte sua lógica e incorpora ruídos nas práticas cotidianas. Tais práticas também são pulverizadas no contexto da internet e na comunicação em rede sobre o qual Fortunati (2014a; 2014b) acredita haver a oportunidade de fortalecimento dos destituídos de poder em adquirir domínio e habilidades de articular suas próprias histórias, influenciar os problemas políticos que lhes dizem respeito, ampliar a autonomia para fazer escolhas livres e significativas, traduzindo-as em ações e resultados que afetam suas vidas e da comunidade em que vivem.

Tomamos, portanto, o sujeito, como aquele que tem a possibilidade de se transformar em sujeito da práxis, numa conduta modificadora da individualidade dentro da comunidade, como uma identificação entre ser e fazer, vínculo profundo entre o homem e sua obra. Aquele indivíduo que é consciente das condições postas pelo mundo em que vive e é capaz de agir no mundo para transformá-lo. Por essa razão apostamos na comunicação e na constituição de espaços públicos como esferas democráticas de negociação das diferenças com vistas à convivência social, o ambiente de possibilidades de formação do sujeito nesse processo.

## Elementos constitutivos para pensar a formação de sujeitos na cultura digital

A nossa busca em compreender a ação política dada pelos sujeitos nos espaços interativos da *web*, recai na identificação de fatores e circunstâncias que tornam a cultura digital um espaço de possibilidade para a formação crítica do sujeito e conseqüentemente sua utilização em contextos formais de ensino e em processos de intervenção pedagógica.

Os fatores e circunstâncias que apresentamos a seguir são parte da dimensão teórico-metodológica da pesquisa a qual estamos apresentando neste livro e que tem por razão buscar referenciais na teoria e em análises de experiências, em contextos externos à educação formal, visto que há o entendimento da hibridação entre a cultura escolar e a cultura digital. É possível considerar que as redes

comunicativas da *web* podem vir a ser espaços de possibilidade para pensar o sujeito e a sua formação para atuar na cultura digital.

Identificamos alguns elementos para a constituição dessa possibilidade que foram recortados da problematização do referencial teórico da pesquisa, e que serão utilizados como categorias analíticas na análise qualitativa da ação política de movimentos ativistas nas redes sociais. O objetivo final da pesquisa é conhecer formas de apropriação crítica e criativa das redes sociais para uma educação emancipadora, a serem posteriormente experimentadas em intervenções pedagógicas. Apresentamos a seguir alguns fatores e circunstâncias relacionados à temática deste artigo.

- **Circunstâncias:** Configuram-se como particularidades que caracterizam um fato, uma conjuntura ou contexto. Uma situação auxiliar ou detalhe complementar que define o acontecimento. Trataremos aqui de apresentar alguns aspectos das seguintes Circunstâncias: espaço de aparência, estrutura descentralizada e autocomunicação de massa.

O *espaço de aparência* pode ser entendido como o espaço pré-domínio público onde os homens fazem explicitamente seu aparecimento, uns aos outros, como seres atuantes visíveis e audíveis, em relação pelo discurso (ARENDT, 2013). O espaço público é para Arendt o lugar por excelência da palavra e da ação. O espaço público repousa-se sobre dois fundamentos: a igualdade pública e a pluralidade dos indivíduos. É, pois, o espaço de aparência no qual os homens podem se distinguir e estar-com-outros. É o espaço da diversidade de opiniões, é o lugar da própria liberdade.

Nesse sentido, os espaços midiáticos, especialmente as redes sociais da internet se apresentam como ambientes propícios para o aparecimento dos sujeitos em condição de igualdade. Isso claro, sem negligenciar a presença de poder e as condições restritivas impostas pela tecnologia o que, portanto, nos leva a compreender a importância da formação dos sujeitos para atuar no que Silverstone (2007), em sentido análogo ao de Arendt, vai chamar de “espaço mediado de aparência”. É nesse novo espaço, já não mais tecido de encontros e multidões, mas de conexões, fluxos e redes e de práticas comunicativas em formas de visualidades e textualidades,

que emergem “novas formas de estar juntos” e que Martín-Barbero (2014) acredita ser os lugares de um desenvolvimento pessoal dos mais jovens que, por mais ambíguo e até contraditório que sejam esses lugares, se convertem no seu lócus de expressão.

Na organização e participação em rede não há uma liderança formal e, tampouco, uma organização vertical, o que configura uma *estrutura descentralizada*. Os participantes aparecem frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns (CASTELLS, 2013), e, nesses termos, quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento pretendido. É importante salientar que a observação aqui apresentada sobre a estrutura em rede é uma característica das redes de comunicação da *web*, contudo há o entendimento que as formações de redes também podem conter em seu construto uma estrutura verticalizada. Comungamos com Demo (2010, p. 109) quando observa que nesse contexto ocorre o reaparecimento inevitável de dinâmicas contraditórias, pois novas tecnologias são, em muitos sentidos, “novas”, mas em outros, “velhas”, especialmente no manejo conturbado do poder.

Essa estrutura descentralizada que favorece a horizontalidade das deliberações, também proporciona a cooperação e a solidariedade, e, mesmo que pareçam inócuas as formas de deliberação e tomada de decisão desses grupos, é o que condiciona à confiança, sem a qual as ações não podem ser empreendidas (CASTELLS, 2013). Desse modo de estruturação, emergem práticas colaborativas e de interação social, sobre as quais a educação pode se valer, incorporando-as e integrando-as na formação dos sujeitos.

Na web, a interação entre sujeitos acontece via *autocomunicação de massa*, que se baseia em redes horizontais de comunicação interativa, multimodal. São mensagens de muitos para muitos, com multiplicidade de receptores e número infindável de redes pela vizinhança ou pelo mundo, onde a produção de mensagens é decidida de modo autônomo pelo remetente, cujos componentes podem ser remixados pelo ator que comunica segundo projetos de comunicação específicos (CASTELLS, 2013).

Esse poder de autocomunicação tem a capacidade de fornecer os instrumentos necessários para a construção da autonomia do ator so-

cial, seja ele individual ou coletivo. Essa autonomia é a possibilidade de decidir falar e pensar a partir do pressuposto da igualdade, é a maneira pela qual o sujeito subverte a configuração na qual se tem certa posição ou que fora designado (esse é seu lugar) e se pode ver, falar e fazer algo.

- **Fatores:** Trata-se de qualquer elemento que contribua para a obtenção do resultado ou aquele que realiza alguma coisa. Dentre o nosso recorte, destacamos alguns aspectos dos seguintes Fatores: mundo da vida e compartilhamento da emoção.

No *mundo da vida* os atores participantes tentam definir cooperativamente os seus planos de ação, levando em conta uns aos outros, no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação (HABERMAS, 1994). Propondo a integração social, Jürgen Habermas vai defender a ideia de sociedade como *mundo da vida*, que provem do conceito de ação orientada ao entendimento. O mundo da vida serve de pano de fundo para o agir comunicativo, este que por sua vez pode ser compreendido como “um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: ele é o iniciador, que domina as situações por meio de ações imputáveis; ao mesmo tempo, ele é também o produto das tradições nas quais se encontra [...]” (HABERMAS, 1989, p. 166).

Tal formulação se assemelha ao sujeito-arquiator que mesmo exposto e atravessado, como todo cidadão, pelos mecanismos de reprodução da mensagem, age à revelia do senso comum que orienta valores e padrões de opiniões, ou seja, mesmo plasmado no cidadão comum, narra além da construção espetacularizada destes mecanismos de controle.

Perceber estes elementos pode ser crucial para a formação do sujeito, especialmente em orientar o sujeito que ele é tanto produtor, quanto produto do contexto em que se encontra. Isso nos leva a endossar a ideia de que o sentido democrático e político da educação não se encontra no fato que ela transmite certas habilidades cívicas, ao contrário, está localizado na ideia do “eu posso” em detrimento do “eu devo”. É estimular o envolvimento do jovem nesse mundo compartilhado, fazendo-o se envolver em algo como um bem comum.

O que agrega as pessoas é o *compartilhamento da emoção*, que significa a existência de um processo de comunicação que propaga

os eventos e as emoções a eles associadas. Um processo de ação coletiva é iniciado na indignação compartilhada e é propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança (CASTELLS, 2013).

As redes de internet, pela sua abrangência e alto poder de penetrabilidade, funcionam como “dutos” pelos quais grupos ativistas concebem e fazem circular conteúdos de mídia com alto teor de convencimento, construindo laços mais fortes com um público por meio de uma ligação emocional, se vê motivado à compartilhar e interagir com estes conteúdos. “As emoções também podem motivar a política” (DUNCOMBE, 2007, p. 98). No entanto, não é o desejo, mas onde ocorre sua canalização. Não se trata de colocar a emoção à frente da razão, mas articular o desejo de forma diferente para que seja uma maneira de conquistar os espaços e estabelecer uma agenda transformadora.

A comunicação com diferentes tipos de mídia, e as narrativas em suas diferentes texturas (sons, imagens, palavras), podem ser consideradas elementos-chave para o compartilhamento da emoção. Os modos como esses sujeitos se relacionam por meio de linguagens e narrativas de base digital é uma discussão que carece um maior aprofundamento e nesta oportunidade não será possível tratar desses aspectos, senão compreender a existência de seu potencial para a propagação de mensagens, para a constituição de redes de colaboração, a formação de comunidades e promover diferentes formas de pertencimento.

## Considerações finais

Defendemos neste artigo que o sujeito é o indivíduo que é consciente das condições postas pelo mundo em que vive e é capaz de agir no mundo rasurando sua condição de autor e de obra, agindo pela sua transformação em processos dialógicos dados em esferas públicas, como o espaço das trocas comunicativas não coercitivas que visam um entendimento comum. No mundo contemporâneo, um espaço público que merece destaque são as redes sociais da Web 2.0, que devem ser estudadas no seu potencial de serem (ou se tornarem) esferas públicas, portanto, espaços de possibilidade para a formação do sujeito.

Alguns fatores e circunstâncias foram identificados a partir da problematização do referencial teórico desta pesquisa para posterior investigação da relevância de sua existência como elementos promotores da formação do sujeito nos espaços comunicativos das redes sociais, e também como elementos que julgamos importantes para o fazer pedagógico com as mídias e para as mídias. Pois, facilmente constatamos que embora as oportunidades escolares tenham crescido, estão longe de refletir uma formação para a leitura do mundo e da cultura, que é também digital.

Estamos ainda no transcorrer de um processo no que concerne à formação de sujeitos para a leitura crítica das mídias, como também para sua formação no sentido de transformação e busca por uma sociedade mais justa e plural. Além disto, o fato de termos hoje mais acesso à produção e aos meios, não nos imuniza contra as persistentes condições de controle, desigualdade social, assim como também das mensagens e conteúdos produzidos e compartilhados nas redes sociais da internet que (re)alimentam as diferentes formas de violência, por meio do discurso de ódio.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DEMO, Pedro. Coisas velhas em coisas novas: novas “velhas tecnologias”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.108-121, jan./abr., 2010.
- DUBAR, C. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. **I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO FRANCESA DE SOCIOLOGIA**, Fev. 2004. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor\\_atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor_atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf). Acesso em: 23 abr. 2017.
- DUNCOMBE, S. **Dream: Re-imagining progressive politics in an age of fantasy**. New York: New Press, 2007.
- FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. New York: Oxford University Press, 2002.
- GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A Contribuição de Alain Touraine para

o debate sobre o sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1994.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Tradução: Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HORKHEIMER, M. **Critical theory**. London: Continuum International Publishing Group, 1972.

JAMESON, F. The politics of theory: ideological positions in the post-modern debate. **New German Critique**, n. 33, 1984, p. 53-65.

KELLNER, D. **Critical theory, marxism and modernity**. Cambridge: Polity/John Hopkins University Press, 1989.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MARTÍN-BARBERO, J. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES JUNIOR, W. L. **O sujeito-arquiator: conflitos do discurso urbano midiático**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. In: **Educação & Sociedade**, n. 76, ano XXII, out. 2001. p. 232-257. Campinas: CEDES, 2001.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVERSTONE, R. **Media and morality: on the rise of the mediapolis**. Cambridge: Polity Press, 2007.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPINK, M. J. P. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J., (Orgs). **Psicologia social e personalidade** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 1-22. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 17 abr. 2017.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1994.

TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, A. ¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WAUTIER, A. M. Do ator ao sujeito: ainda existe um lugar para uma ação coletiva pelo trabalho? **Contexto e Educação**. Ano 16, n. 63, jul./set. p. 35-56, Unijui, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/viewFile/1198/952>. Acesso em: 20 Abr. 2017